

REFLEXÕES SOBRE USOS DA NOÇÃO DE COMPROMISSO SOCIAL DA CIÊNCIA: O CASO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

*REFLEXIONS ON THE CONCEPT OF SCIENTIFIC SOCIAL RESPONSIBILITY: THE CASE OF
BRAZILIAN PSYCHOLOGY*

Mariana Prioli Cordeiro

Universidade de São Paulo; mpriolicordeiro@usp.br

Historia editorial

Recibido: 28-12-2016
Primera revisión: 09-06-2018
Aceptado: 20-07-2018
Publicado: 27-09-2018

Palavras-chave

Psicologia Social
Responsabilidade Social
Identidade Profissional
Ética

Resumo

No Brasil, os discursos sobre o compromisso social da ciência ganharam grande destaque nas últimas décadas. Diante da polissemia deste termo, neste trabalho, busquei discutir e problematizar alguns de seus usos correntes, tomando como exemplo o caso de publicações de Psicologia. Para isso, realizei uma revisão bibliográfica em bases de dados físicas e virtuais e organizei as informações apresentadas pelos mais de sessenta trabalhos selecionados em dois tipos de quadro: o primeiro apresenta os modos como a noção de compromisso social é abordada em cada um dos textos e o segundo apresenta uma síntese dos quadros anteriores. A leitura desses materiais sugere que há uma grande diversidade de objetivos, justificativas, métodos e teorias que embasam práticas comprometidas. Desse modo, faz-se mister não apenas se dizer comprometida(o), mas explicitar o que se quer dizer com essa expressão, bem como os preceitos epistemológicos, ontológicos e políticos que a fundamentam.

Abstract

In Brazil, the concept of social responsibility has been largely discussed in the past few decades. Due to the polysemy of this notion, in this paper, I sought to discuss and problematize some of its current uses, taking as a case study papers and books in Psychology. To do so, I conducted a literature review on physical and virtual databases and organized the information produced in two analytic frames: the first one presents the ways the notion of social responsibility is addressed in each of the texts and the second presents a synthesis of the previous frames. The analysis of these materials suggests that there are many objectives, justifications, methods and theories that support social responsible practices. So it is important not to only say someone is socially responsible, but explicit what one means when uses this expressions, as well as the epistemological, ontological and political precepts that underlies it.

Keywords

Social Psychology
Social Responsibility
Professional Identity
Ethics

Prioli Cordeiro, Mariana (2018). Reflexões sobre usos da noção de compromisso social da ciência: o caso da Psicologia brasileira. *Athenea Digital*, 18(3), e2086. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2086>

Introdução

No Brasil, o debate em torno do compromisso social da ciência ganhou ampla dimensão nas últimas décadas. Uma rápida busca no Google acadêmico (<https://scholar.google.com.br>) nos mostra uma infinidade de textos sobre os compromissos das mais diversas áreas do conhecimento, tais como Enfermagem (Bertinelli & Erdmann, 1998), Medicina (Magaldi, 2011), Arqueologia (Hilbert, 2006), Sociologia (Tavares-dos-Santos & Baumgarten, 2005), Administração (Buss, 1990), Psicologia (Bock, 1999; Dimenstein, 2001)...

No entanto, apesar de falarmos tanto em nosso compromisso social, muitas vezes, não deixamos claro o que queremos dizer com essa expressão. Afinal, usamos uma mesma palavra para dizer – e fazer – coisas distintas. Algumas(ns) autoras(es) falam, por exemplo, em “redes de compromisso social” (Inojosa, 1999), outras(os) se referem a um compromisso com a “renovação do público” (Paiva & Yamamoto, 2008) ou com uma “visão emancipatória da educação” (Dadico & Souza, 2010). Umas(ns) ressaltam que esse compromisso muda ao longo da história (Hilbert, 2006), enquanto outras(os) sustentam que é ele que muda a história (Furtado, 2009). Para algumas(ns), ele é sinônimo de responsabilidade social (Ashley, 2003), pra outras(os), ele remete à noção de *práxis* (Darwin, 2009).

Diante dessa polissemia, neste trabalho, busquei apresentar e discutir alguns usos correntes da noção de compromisso social, enfocando algumas das controvérsias por eles ensejadas. No entanto, devido a amplitude desse campo de interesse, optei por fazer um recorte e focar os modos como essa noção é utilizada em textos sobre o compromisso social da Psicologia. Minha opção por essa área do conhecimento justifica-se, em primeiro lugar, porque é nela onde atuo. Em segundo, porque, de acordo com pesquisa realizada na *Scientific Electronic Library Online - SciELO* (<http://www.scielo.br>), é a que tem mais publicações sobre o tema.

Cabe destacar que este trabalho é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado que envolveu, não somente a revisão de literatura aqui apresentada, como também uma pesquisa participante em uma organização do “terceiro setor”, cujo objetivo foi entender como psicólogos(os) que ali atuam transformam a abstrata noção de compromisso social em práticas concretas de trabalho (Cordeiro, Batista & Carvalho, 2018; Cordeiro, Batista, Carvalho, & Carmo, 2016). Seguindo a orientação construcionista, nesta pesquisa, busquei adotar uma postura desreificante, desnaturalizante, dessencializadora, que radicalizasse ao máximo a natureza social do nosso mundo e a historicidade de nossas práticas (Ibáñez, 1994). Considerei que a linguagem tem um importante papel no processo de construção da realidade, que ela não é apenas descritiva, mas é, também, uma forma de ação (Austin, 1962/1982). Uma forma de ação complexa, heterogênea e contextualizada, que constitui “um dos principais instrumentos ao qual recorremos para incidir, com maior ou menor êxito segundo as circunstâncias, sobre nossos semelhantes” (Ibáñez, 2004, p. 40).

Assumir essa postura implica buscar desconstruir a “retórica da verdade” (Ibáñez, 1994). Dito de outro modo, implica problematizar certo tipo de legitimação do conhecimento intrinsecamente associada ao método científico e que pressupõe a existência de uma verdade transcendental. Afinal, para as abordagens construcionistas, “a verdade é a verdade de nossas concepções, de nossas instituições, de nossas relações, de nossos

acordos sociais.” (Spink, 2004, p. 23). Desse modo, quando dizemos que algo foi construído, não estamos afirmando que os resultados dependem das idiosincrasias de quem o produziu. “Somos essencialmente produtos de nossas épocas e de nossos contextos sociais; não escapamos das convenções aí desenhadas. O construcionismo é um convite a examinar essas convenções e entendê-las como regras socialmente situadas” (Spink & Menegon, 1999, p. 77-78).

Assim, ao propor essa discussão sobre a noção de compromisso social da Psicologia, meu intuito não foi preparar caminho para que pudéssemos, posteriormente, comprimir todos os seus usos em uma única definição abrangente – até porque, conforme veremos, muitas vezes, eles não são compatíveis entre si. Mas foi desnaturalizar essa noção, enfatizar sua polissemia e a necessidade de explicitarmos o que queremos dizer quando a utilizamos. Ou seja, foi refletir criticamente sobre um conceito que tem servido para demarcar nossa própria criticidade – afinal, segundo Tomás Ibáñez (1997), a reflexividade é uma característica fundamental de qualquer ciência que pretende ser crítica.

Desse modo, neste trabalho, não busco encerrar o debate, apresentando a definição legítima de compromisso social; tampouco busco apresentar uma visão panorâmica, uma espécie de cardápio com alternativas para a(o) leitora(r) eleger qual melhor lhe convier. Meu intuito com este texto é justamente o contrário: é problematizar certezas, transformar novamente em movimento aquilo que acabou se tornando estático ao longo da história. Assim, podemos dizer que busco, aqui, fazer uma “revisão crítica de literatura”, entendendo por crítica a prática de “questionar algum modo de ser ou de estar [...] que se pretende essencial e imutável.” (Montero, 2009, p. 88).

Neste trabalho de revisão, busco, portanto, discutir os sentidos que circulam em torno da noção de compromisso social da Psicologia. Mais especificamente, busco responder as seguintes questões: fala-se em compromisso social com quem ou com o quê? Quem é que se compromete? Como é que se compromete? Quem decide qual deve ser o objeto da intervenção psicológica?

Caminhos metodológicos

Para embasar essa discussão, realizei uma revisão bibliográfica em diferentes bancos de dados: a SciELO (www.scielo.br), o Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC (<http://pepsic.bvsalud.org>), duas bibliotecas físicas – as do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

(PUC-SP) –, bem como meu arquivo pessoal¹. Cabe destacar que, a despeito de os textos que estão no SciELO estarem também no PePSIC, optei por realizar a busca nas duas bases pois elas utilizam motores de busca diferentes. Além disso, escolhi essas duas bibliotecas universitárias pois ambas estão localizadas na cidade onde atuo e são consideradas referências na área, disponibilizando livros e revistas das mais diversas regiões do país.

Nessa busca, utilizei como descritores as seguintes palavras: “Psicologia e compromisso social”; “Psicologia e função social”; “Psicologia e responsabilidade social”; “Psicologia e Terceiro Setor”; “Psicologia e Organização Não Governamental/ONG” e “Psicologia Comunitária”. Cabe destacar que a opção por utilizar esses três últimos conjuntos de palavras justifica-se pois textos sobre a atuação de psicólogas(os) em comunidades e ONGs/“terceiro setor” tendem a enfatizar o compromisso social da profissão (Cordeiro, 2014). Já os descritores “função social” e “responsabilidade social” foram escolhidos pois a leitura dos primeiros materiais demonstrou que, muitas vezes, esses termos são utilizados como sinônimos de compromisso social. Cabe destacar, também, que, nessa busca, não delimito o ano ou período de publicação, mas selecionei apenas trabalhos publicados em periódicos ou editoras brasileiras.

Dentre todos os trabalhos associados a esses descritores, selecionei apenas aqueles cujos títulos, resumos e/ou palavras-chave abordavam diretamente a questão do compromisso social da Psicologia. Feita essa seleção inicial, li integralmente os 61 artigos e capítulos de livro que obedeceram aos critérios de inclusão. Para organizar as informações apresentadas nesses textos, elaborei dois tipos de quadro. O primeiro deles, feito no programa Microsoft Word, visava apresentar o(s) modo(s) como a noção de compromisso social é abordada em cada um dos artigos ou capítulos selecionados. Sendo assim, cada texto teve o seu “quadro de sistematização”, cujas linhas descreviam: 1) o referencial teórico-metodológico adotado; 2) as críticas tecidas; 3) compromisso com quem/com o quê; 4) as razões para se comprometer; 5) o objeto da transformação proposta; 6) quem decide o que transformar e 7) como essa transformação deve ocorrer.

É importante ressaltar que, seguindo as sugestões de Mary Jane Spink e Helena Lima (1999), iniciei o processo de análise “com uma imersão no conjunto das informa-

¹ Tal arquivo é composto pelos materiais bibliográficos selecionados em estudo anterior (Cordeiro, 2014; Cordeiro & Spink, 2012). Mais especificamente, é composto por artigos, livros e manuais que buscam apresentar/introduzir o campo da Psicologia Social, e que são de autoria de pesquisadoras(es) brasileiras(os) ou de estrangeiras(os) que atuam profissionalmente no Brasil (o detalhamento dos procedimentos utilizados para a construção dessa primeira fase do arquivo pode ser encontrado em Cordeiro, 2012). Além disso, ao longo da realização da pesquisa aqui apresentada, complementei esse arquivo usando a técnica de “bibliografia reticulada”. Ou seja, busquei, nas referências de todos os textos que compuseram o *corpus* desta pesquisa (tanto os de meu arquivo pessoal quanto os selecionados por meio dos procedimentos acima apresentados), materiais bibliográficos que abordam diretamente o compromisso social da Psicologia.

ções coletadas, procurando deixar aflorar os sentidos, sem encapsular os dados em categorias, classificações ou tematizações definidas *a priori*.” (p. 106). Desse modo, as temáticas que compuseram os 61 quadros de sistematização não foram previamente definidas, mas construídas a partir da leitura inicial dos materiais.

O segundo quadro, elaborado no programa Microsoft Excel, tinha como objetivo dar uma “visão geral” dos diferentes usos da noção de compromisso social, sendo que, para isso, apresentava, em um único quadro, uma síntese de todos os quadros de sistematização.

Compromisso social da Psicologia ao longo da história

Mas antes de falarmos das discussões ensejadas pela leitura desses quadros de análise, é importante lembrar que a preocupação de psicólogos e psicólogas brasileiras(os) com questões sociais não é recente. Afinal, antes mesmo da regulamentação da profissão, em 1962, as práticas profissionais de várias(os) pioneiras(os) da Psicologia já refletiam um claro compromisso social. Ulisses Pernambucano, por exemplo, em pleno Estado Novo, defendia uma série de grupos marginalizados, como os de crianças “excepcionais”, “doentes mentais” e adeptas(os) de religiões africanas – por conta desse seu posicionamento político, foi denunciado como “subversivo”, preso por sessenta dias e aposentado compulsoriamente do ensino público. Helena Antipoff, também na primeira metade do século XX, enfatizou a importância do meio socioeconômico para o desenvolvimento mental de educandas(os) e propôs às escolas da época a adoção de programas que visavam promover igualdade de oportunidades para crianças provenientes de famílias de baixa renda. Criou, também, instituições voltadas à educação rural, à educação especial, à criatividade e à superdotação (Rocha, 2009). Ainda que Pernambucano e Antipoff não falassem em compromisso social, suas atuações foram socialmente comprometidas. Afinal, problematizavam práticas hegemônicas e ampliavam as fronteiras da Psicologia.

No entanto, podemos dizer que foi somente a partir da década de 1970 que a questão do compromisso social da Psicologia começou a ganhar maior notoriedade (Yamamoto, 2007). Além do fortalecimento dos trabalhos da Psicologia Comunitária, três textos parecem ter contribuído para fomentar essa discussão: o primeiro deles, de autoria de Sylvia Leser de Mello (1975/2010), criticava abertamente os rumos da recém-regulamentada profissão, argumentando que a Psicologia deveria ser muito mais do que uma “atividade de luxo”. O segundo, escrito por Silvio Paulo Botomé (1979/2010), cruzava dados referentes aos honorários cobrados por psicólogas(os) clínicas(os) com a distribuição de renda no Brasil e concluía que apenas uma parcela aproximada de 5 a 15%

das famílias brasileiras podia pagar, mesmo que com dificuldade, por esse tipo de serviço. O terceiro texto, de autoria de Regina Helena de Campos (1983/2010), propunha discutir a função social da Psicologia e argumentava que as contingências do mercado de trabalho estavam levando as(os) profissionais da área a refletir sobre a insuficiência de seus modelos de interpretação da realidade.

Esses três textos têm em comum a crítica ao elitismo da Psicologia. Eles foram escritos em uma época em que a preferência das(os) psicólogas(os) pela atividade clínica – associada às profissões médicas e ao modelo da(o) profissional liberal – era hegemônica e contribuía para afastar a Psicologia de práticas mais abrangentes, tais como as realizadas no setor público e nos segmentos do bem-estar social. Segundo Oswaldo Yamamoto (2007), foi somente em meados da década de 1980, que contingências do mercado de trabalho e definições de ordem político-profissional fizeram com que essa realidade começasse a ser transformada.

Desse modo, esses três movimentos – as mudanças no mercado de trabalho, o fortalecimento das intervenções comunitárias e as críticas às correntes hegemônicas – fizeram com que, a partir da década de 1990, o compromisso social da Psicologia passasse de “a lema” nos debates sobre a profissão (Yamamoto, 2007). Essa preocupação ganhou tamanha dimensão que, hoje, é pouco provável que possamos assistir a um simpósio da área ou folhearmos os livros da seção de Psicologia de uma biblioteca sem encontrarmos trabalhos que mencionem, direta ou indiretamente, o tema.

No entanto, ao transformar um “tema” em “lema”, corremos o risco de reificar um movimento de contestação. Corremos o risco de relegar ao passado debates, embates e reflexões, calando as controvérsias que fazem parte de nosso presente. Desse modo, neste artigo, busco retomar o caráter reflexivo e político do movimento que transformou em lema o compromisso social da Psicologia.

Compromisso com quem ou com o quê?

Os artigos e capítulos de livro que compuseram o *corpus* desta pesquisa deixam claro que não é possível falarmos *do* compromisso social da Psicologia – ao menos, não no singular. No entanto, podemos falar dos diversos grupos, movimentos e ideais com os quais psicólogos e psicólogas se comprometem. Neste tópico, apresentarei – e problematizarei – alguns deles.

Compromisso com a transformação social

Em vários textos aparece a expressão “compromisso com a transformação social” – ou alguma de suas variantes, como “compromisso com a transformação da realidade” e “compromisso com a mudança social”. Odair Furtado (2009), por exemplo, afirma que “há um evidente *compromisso* dos atores da construção do pensamento crítico na Psicologia brasileira *com a transformação social*.” (p. 248, itálicos nossos). Nadir Lara Júnior e Cynara Ribeiro (2009) sustentam que “apesar de as comunidades (bem como outros grupos sociais) serem, em alguma medida, vítimas, devido às condições de divisão de classes, [...] essa posição não deve ser ratificada, principalmente pelo profissional que está *comprometido com uma mudança social*” (p. 94, itálicos nossos). Silvio Botomê (1979/2010), por sua vez, sustenta que a formação e as pesquisas psicológicas da década de 1970 não tinham “*um compromisso social e um exercício para transformação de uma realidade concreta*, existente. [Pareciam] ser mais um intenso exercício de assimilar, dominar e usar a literatura (as informações, a linguagem, as técnicas ou ‘truques’) em voga.” (p. 190, itálicos nossos). Enquanto que Ana Bock, Marcos Ferreira, Maria da Graça Gonçalves e Odair Furtado (2007) afirmam que “a Psicologia deveria se produzir de forma a ser útil para *a transformação da realidade social* em nossos países de Terceiro Mundo.” (p. 55, itálicos nossos).

É interessante notarmos que essas(es) autoras(es) partem de referenciais teóricos diferentes – Furtado (2009), por exemplo, se baseia nas reflexões da Psicologia Sócio-Histórica, enquanto que Lara Júnior e Ribeiro (2009) encontram o fundamento de seus argumentos na Psicanálise. No entanto, todas(os) têm em comum o fato de não estarem satisfeitas(os) com as coisas tal como estão, elas(es) querem mudar o *status quo*, querem fazer a diferença. Alguns textos explicitam como esta transformação deve (ou pode) ocorrer; dizem quem deve transformar o quê, e quem decide o que deve ser transformado. Mas muitos se limitam a dizer que temos de promover transformações. Sem dúvida, é fundamental convocar as(os) leitoras(es) para uma reflexão crítica sobre sua realidade e sobre suas práticas profissionais. Mas isso não basta. Precisamos, também, discutir mais atentamente as estratégias, alianças e “ferramentas” que utilizamos para promover essas transformações – principalmente quando consideramos a polissemia do conceito e a diversidade de referenciais teóricos e posicionamentos políticos que o embasam. Não estou afirmando, com isso, que devemos ser prescritivas(os). Que devemos elaborar receitas de como transformar o mundo em que vivemos em um mundo melhor. Afinal, prescrições tendem a desconsiderar a complexidade, a historicidade e a singularidade de cada “realidade”. Estou apenas trazendo para o debate a importância de explicitarmos o processo de construção de nosso projeto de transforma-

ção social. De nomearmos os atores envolvidos, seus posicionamentos ético-políticos, métodos e atravessamentos institucionais.

Oswaldo Yamamoto (2012) traz mais um elemento para essa discussão ao nos questionar se uma categoria profissional pode contribuir, de fato, com a transformação social. Para o autor, apesar de ter uma dimensão política, ação profissional não é equivalente à militância. Desse modo, não caberia a uma categoria profissional um papel decisivo no processo de transformação estrutural da sociedade – o que não significa que ações em uma direção progressista sejam inúteis ou desnecessárias ou, ainda, “que a ação profissional, por não ser neutra, não possa se articular e contribuir com as lutas populares e os projetos societários alternativos.” (Yamamoto, 2012, p. 12).

Em texto produzido em coautoria com Ilana Paiva, o autor argumenta que, muitas vezes, psicólogas(os) adotam uma postura “quixotesca”, na medida em sonham com o impossível. Buscam “salvar o mundo”, mas se munem apenas de boas intenções. Possuem grandes sonhos de transformação, no entanto, como suas práticas não partem de uma leitura crítica da “realidade”, não conseguem enxergar suas reais possibilidades e os limites de sua atuação. Segundo os autores, chamar a atenção para essa postura “quixotesca” não significa apoiar qualquer tipo de conformismo social, e sim defender que uma Psicologia comprometida socialmente não precisa se prover “de escudos e espadas, na postura cavaleiresca de querer ‘salvar o mundo’, mas precisa conhecer seu contexto de atuação, rever suas posturas e buscar soluções reais para os grupos comunitários a que serve, sempre em direção da emancipação.” (Paiva & Yamamoto, 2011, p. 48).

Além disso, falar em transformação pode nos trazer problemas metodológicos, ontológicos e conceituais. Afinal, como transformar algo tão amplo e abstrato como a sociedade ou a realidade brasileira? Será que, no Brasil, há apenas uma realidade? Será que as palavras “sociedade” e “social” têm o mesmo sentido para todas(os) nós? Diversas(os) autores argumentam que não. Afirmam que a realidade é múltipla e que as diferentes abordagens da Psicologia atribuem sentidos distintos ao “social” (Cordeiro, 2010; González-Rey, 2004; Mol, 1999). Desse modo, podemos dizer que o ideal de transformação social carrega, necessariamente, uma teoria de sociedade. E ter clareza sobre a concepção de sociedade que orienta nossas ações – incluindo as raízes filosóficas que a fundamentam – é de suma importância para que possamos adotar uma postura crítica diante de nossa prática profissional.

Compromisso com a promoção de bem estar e qualidade de vida da população

Alguns dos textos analisados defendem que a transformação social propiciada pelas intervenções psicológicas deve visar à promoção de bem estar e qualidade de vida da população. Ilana Paiva e Oswaldo Yamamoto (2008), por exemplo, argumentam que nossa inserção profissional deve buscar “*melhorar a qualidade de vida e o bem-estar, através de uma intervenção proativa, ou seja, antecipando os riscos e situações de vulnerabilidade, buscando o desenvolvimento, a organização e a emancipação das pessoas, grupos e comunidades.*” (p. 235, itálicos nossos). Já Magda Dimenstein (2001) afirma que,

A entrada do psicólogo nas instituições públicas de saúde, apesar de ter ampliado seu campo de trabalho, parece não ter alterado os modelos teóricos e práticos que fundamentam sua atuação [...]. Daí, sua dificuldade em construir novas práticas voltadas para a produção social da saúde e da cidadania, *práticas comprometidas com o bem-estar social.* (pp. 59-60, itálicos nossos)

Mas o que significam bem estar e qualidade de vida? Quem decide o que é uma “boa vida”? Quais critérios e interesses orientam essa decisão? Essas são questões que devemos sempre nos perguntar quando usamos essas expressões. Afinal, com frequência, tratamos seus significados como se fossem óbvios e compartilhados por todos. E, ao fazer isso, corremos o risco de adotar uma postura normalizadora (Foucault, 1975/2002), que parte do pressuposto de que há um modelo ideal de vida e que, como psicólogas(os), é nosso compromisso aproximar os “desviantes” desse ideal.

Compromisso com os direitos humanos

Pedro Bicalho, Luan Cassal, Kely Magalhães e Janaína Geraldini (2009) propõem um questionamento semelhante ao discutirem o compromisso de psicólogas(os) com a promoção de direitos humanos – compromisso este que também foi mencionado por outros textos que compuseram o *corpus* desta pesquisa. Segundo as(os) autoras(es), muitas vezes, a Psicologia opera na promoção da dignidade e dos direitos humanos

Agenciando um ‘modelo-de-melhor’ ao viabilizar, em conjunto com outros discursos e práticas, propostas ditas mais humanas. Produzimos, assim, formatos-modelos de dignidade e de humanidade para os que se encontram à margem do sistema, mas não estranhemos tais discursos e tais práticas, não pensamos novos modos de existência, não questionamos nossa valoração que configura um modelo para a aquisição de Direitos Humanos. (Bicalho et al., 2009, p. 31-32).

Além disso, muitas vezes, falamos de direitos humanos sem levar em consideração a historicidade dessa noção. Esquecemo-nos de que, na Europa, ela vem sendo discutida desde as revoluções burguesas. Tratamos os ideais expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), como naturais, inquestionáveis e desinteressados. Falamos tanto sobre a importância de construirmos uma Psicologia genuinamente latino-americana, mas pautamos nossas práticas em ideais pensados em outros continentes, em outros momentos históricos. Esquecemo-nos que, apesar de serem construídos a partir do princípio da universalidade, muitas vezes, os discursos em prol dos direitos humanos defendem apenas os interesses das elites – tanto que um dos direitos mais defendidos em nossa sociedade é o direito à propriedade (Coimbra, 2001).

Sobre esse ponto, Cecília Coimbra (2001) – influenciada pela obra de Giles Deleuze – sustenta que a noção de direitos humanos, frequentemente, é usada para “apontar para quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos.” (p. 141, grifos da autora). Tem servido, também, para

Levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites preocupam-se com o seu bem estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade e, com isso, confirma-se o artigo primeiro da Declaração de 1948: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Entretanto, sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos pauperizados e percebidos como “marginais”: os “deficientes” de todos os tipos, os “desviantes”, os miseráveis, dentre muitos outros. A estes, efetivamente, os direitos humanos sempre foram – e continuam sendo – negados, pois tais parcelas têm sido produzidas para serem vistas como “sub-humanas”, como não pertencentes ao gênero humano. (pp. 141-142).

Além disso, é preciso lembrarmos que os ideais de igualdade e fraternidade, contidos em diversas concepções de direitos humanos, serviram para justificar e legitimar governos autoritários, violentos e criminosos. Diante de uma comum “amnésia social”, José Damião Trindade (2002) nos questiona: “por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos e por que essa expressão tornou-se assim maleável, tão complacente e moldável, a ponto de a vermos ser pronunciada sem rubor pelos mais insólitos personagens? O que significa ela exatamente?” (p. 16).

É essa questão que não devemos nunca deixar de nos perguntar. Ou seja, não estou sustentando que não devemos nos comprometer com a promoção de direitos humanos. Tampouco estou negando a importância das ações e debates que psicólogas(os) vêm empreendendo nesse campo. Estou apenas chamando a atenção para a importância de definirmos, a partir de uma reflexão crítica, o que queremos dizer com essa ex-

pressão. De considerarmos que ela é polissêmica. Que direitos humanos não são naturais nem a-históricos, mas produtos de práticas e de movimentos sociais. Dito de outro modo, estou apenas chamando a atenção para a importância de explicitarmos *de que direitos e de que humanos* estamos falando quando usamos essa expressão.

Problematizar uma noção, afirmando que ela possui diferentes usos e efeitos, não significa, portanto, abandoná-la. Como diz a expressão popular, não precisamos “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. Afinal, debates e práticas psicológicas em torno de temas que convenciamos localizar no campo dos direitos humanos – como, por exemplo, preconceito, exclusão social, violência de estado, educação, saúde, violência de gênero etc. – são, sem dúvida, fundamentais. Mas significa adotar uma postura reflexiva, que considere os efeitos que produzimos quando definimos direitos humanos de uma maneira ou de outra. Significa, portanto, posicionar-se.

Posiciono-me acerca dessa questão reforçando o coro dos psicólogos e psicólogas que sustentam que para promover direitos humanos, não devemos nos pautar em modelos pré-estabelecidos, que dizem de antemão quem é o “bom cidadão”, a “boa mãe”, o “bom jovem”, a “família ideal” (Bicalho et. al, 2009; Coimbra, 2001; Coimbra, Lobo & Nascimento, 2008; Vicentin, 2011). Modelos que nos dizem o que fazer e como fazer, mas calam-se sobre o para quê fazer. Afinal, “se entendermos a Psicologia, assim como a Política, não em cima desses modelos hegemônicos, mas como produções históricas, como territórios não separados, mas que se complementam e se atravessam constantemente, poderemos encarar nossas práticas não como neutras, mas como implicadas no e com o mundo.” (Coimbra, 2001, p. 146-147).

Compromisso com pessoas em situação de pobreza

Encontrei, também, diversos textos que falam que a Psicologia deve se comprometer com os grupos menos favorecidos social e economicamente, sendo que, para isso, utilizam diversas expressões: compromisso com “a maioria da população brasileira” (Bock, 1999; Contini, 2009); “com as camadas sociais que tradicionalmente não têm tido acesso ao trabalho do psicólogo” (Bock, 2009); “com a superação das atuais condições de vida da maior parte das pessoas que vivem e constituem o país real em que vivemos” (Botomé, 1979/2010); “com os setores menos favorecidos ou populares” (M. A. Gonçalves & Portugal, 2012), “com as camadas mais amplas da população” (Yamamoto, 2009), entre outras. Alguns desses textos associam a preocupação com a deselitização da Psicologia ao desenvolvimento de abordagens específicas, tais como a Psicologia Comunitária, a Psicologia da Libertação, a Psicologia Sócio-Histórica e a Psicologia Política (M. A. Gonçalves & Portugal, 2012). Outros ressaltam que contingências econômicas e políticas que ultrapassam as fronteiras da academia também foram fundamentais para tal

deselitização. Oswaldo Yamamoto (2009), por exemplo, sustenta que a ampliação do campo de atuação e, conseqüentemente, da população que tem acesso aos serviços psicológicos, estaria associado, ao menos, a três fatores: 1) a contingências específicas do mercado de trabalho (a crise econômica que assolou o Brasil na década de 1990 teria promovido a falência do modelo de profissional autônomo e a redução da demanda por essa modalidade de serviço psicológico); 2) à abertura (extemporânea) do campo de atuação profissional (a redefinição das políticas sociais teria levado à abertura de concursos e processos seletivos para psicólogas/os em diversas políticas públicas, tais como Saúde e Assistência Social) e 3) os embates no plano teórico-ideológico.

Sem dúvida, “deselitizar” a Psicologia é de suma importância, mas será que a mera ampliação da abrangência do campo de atuação de uma profissão garante uma prática comprometida? Será que não temos de rever, também, nossas práticas profissionais? Será que a Psicologia socialmente comprometida é, necessariamente, uma Psicologia para pobres?

Apesar de a maioria dos textos analisados não abordar essas questões, algumas(uns) autoras(es) nos trazem possibilidades de resposta. Odair Furtado (2000), por exemplo, sustenta que uma Psicologia comprometida não é uma Psicologia classista, voltada apenas para as classes populares. Para o autor, “tal compromisso representa apenas que precisamos romper com uma psicologia que tem sido classista de uma outra forma. Olhando apenas para um lado da sociedade, para os bem sucedidos, para o mercado, para quem pode pagar.” (p. 228).

Outras(os) autoras(es) criticam a transposição dos modelos tradicionais de intervenção psicológica para realidades diferentes, incluindo as das camadas mais pobres da população. Regina Campos (1983/2010), por exemplo, afirma que, para enfrentar “a realidade do mercado das classes de baixa renda”, é preciso criar novos instrumentos e ferramentas de trabalho. Antonio Virgilio Bastos (2009), por sua vez, sustenta que “para ser adjetivado como compromisso social seria necessário mais do que a superação do elitismo, tornando-se imperativo uma revisão do modelo de serviços prestados e não efetuando uma simples transposição de práticas.” (p. 21, *itálicos do autor*). Já Maria Helena Patto (2009) afirma que exercer a profissão junto aos pobres não é suficiente para incluir a Psicologia num projeto emancipador. Para a autora, “é preciso considerar, a cada passo, não só os limites e possibilidades historicamente postos à realização de uma sociedade mais justa, mas as possibilidades e limites da própria Psicologia, de seu arsenal de teorias e técnicas que não são nem podem ser neutras.” (p. 35). E Oswaldo Yamamoto (2012) nos questiona: atender as demandas da população de “baixa renda” é suficiente para aumentar o alcance social de nossa profissão? Se, por exemplo, os usuários de um serviço público de saúde demandam um atendimento indivi-

dual nos moldes da clínica tradicional (já que, muitas vezes, esse é o único modelo de intervenção psicológica que conhecem), responder a essa demanda significa, necessariamente, aumentar o alcance social da profissão?

Talvez, possamos responder a essa questão dizendo que atender às demandas da população seja condição necessária, mas não suficiente para uma prática comprometida socialmente. Mas até que ponto podemos criar novas demandas? Quais os limites que separam uma prática emancipadora de uma intervenção autoritária, que impõe o conhecimento científico como critério de verdade?

É importante ressaltar que, ao falar da necessidade de “deselitizar” a Psicologia, esses autores e autoras não estão dizendo que devemos fazer caridade. Ou seja, elas(es) não estão sugerindo que continuemos a trabalhar em clínicas particulares, empresas e escolas privadas e que, em nosso horário “livre”, realizemos trabalhos voluntários em “comunidades carentes”. Ao invés disso, estão nos convocando a pensar uma *prática profissional* diferente da hegemônica. Estão chamando nossa atenção para o fato de que nosso *trabalho* deve ser comprometido com as classes menos favorecidas social e economicamente. E, se estão falando de trabalho, estão falando de remuneração, de direitos, de deveres, de contratos (formais ou informais), de modos de organização...

Esse é mais um ponto que merece nossa atenção. Para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza, muitas(os) psicólogas(os) se submetem a condições de trabalho precárias. Contratadas(os) principalmente pelas chamadas “Organizações Não Governamentais” (ONGs), várias(es) dessas(es) profissionais aceitam salários abaixo da média da categoria, cumprem longas jornadas de trabalho e possuem vínculos empregatícios precários (Cordeiro, 2014; Dadico & Souza, 2010; Paiva & Yamamoto, 2011). E o mais curioso é que a maioria afirma estar satisfeita com essa situação, afinal, o “sacrifício” seria compensado pela relevância social de seu trabalho (Paiva & Yamamoto, 2011).

Mas será que para sermos socialmente comprometidos temos, necessariamente, de abdicar de nossos direitos trabalhistas? Será, ainda, que escolher atuar em comunidades de baixa renda implica aceitar condições de trabalho que em outras circunstâncias consideraríamos inaceitáveis? No final da década de 1970, Silvio Botomé (1979/2010) disse que “nossa contribuição social, como profissionais da Psicologia, [precisaria] ser feita em relação àquilo que mais necessita de contribuição e não apenas naquilo que há mais oferta de dinheiro envolvida” (p. 182). Hoje, após mais de três décadas de atuação na área social, deveríamos estar nos perguntando o que fazer para que as intervenções voltadas “àquilo que mais delas necessitam” valham (ao menos) tanto quanto as desti-

nadas a ajudar as(os) “menos necessitadas(os)”. Afinal, já está na hora de pensarmos essas práticas não mais como benevolência ou solidariedade, mas como trabalho.

Quem decide qual deve ser o objeto da intervenção psicológica?

Poucos textos discutiram diretamente a questão de quem deve decidir qual é o objeto ou como deve ocorrer a intervenção psicológica. Mas, no geral, aqueles que mencionaram essa temática destacaram o papel ativo da população atendida. Arturo Heredia (2009), por exemplo, sustenta que as(os) trabalhadoras(es) de saúde mental e as(os) “profissionais em geral não devem substituir a população naquilo que ela pode resolver por si mesma [...] as pessoas devem estar corretamente informadas para obter um nível de participação na tomada de decisões sobre sua comunidade e sua pessoa.” (p. 119). Na mesma direção, Nadir Lara Júnior e Cynara Ribeiro (2009) argumentam que “a ação do profissional não deve ser pensada para a comunidade, mas com a comunidade, assim ambos poderão construir conjuntamente estratégias de ação.” (p. 97). Enquanto que Pedrinho Guareschi (2001) afirma que a(o) psicóloga(o) tem de “ter consciência do que pensa aquela comunidade, e nunca interferir, invadir. Tem de haver uma negociação entre ambas as partes. Você tem de saber e perceber, se eles também querem que você esteja lá.” (p. 94).

Mariana Gonçalves e Francisco Portugal (2012) analisaram anais de encontros nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e concluíram que essa discussão acerca do papel ativo das comunidades também permeia a maioria dos trabalhos publicados nesses documentos:

Os relatos apontam frequentemente a não participação das pessoas nas decisões em comunidade e, por conseguinte, uma característica dessa população consistiria em apresentar uma postura passiva diante de sua realidade ou apatia diante das questões que lhes são colocadas. Logo, um dos objetivos dos projetos de intervenção da Psicologia tem sido incentivar a participação, fazer com que as pessoas se tornem sujeitos ativos diante dos problemas que as acometem. Há um discurso de que o sucesso da intervenção pode ser auferido no momento em que a comunidade alcança uma postura ativa na resolução de seus problemas. O trabalho do psicólogo comunitário seria o de promover o deslocamento de uma posição de comodidade e alienação para uma outra de atividade e conscientização. O ideal, portanto, seria tornar os membros da comunidade responsáveis pela transformação de sua realidade. (pp. 148-149).

Sem dúvida, temos de problematizar a supremacia do conhecimento científico e criticar intervenções tecnicistas, que pressupõem um saber que pré-determina formas de atuação. Mas, aí, poderíamos nos perguntar: se não somos os “verdadeiros” atores de nossas práticas profissionais, qual é, de fato, nosso papel? Será que somos apenas mediadores? Temos somente de instigar o desejo de transformação ou devemos oferecer estratégias para transformar esse desejo em realidade? Como estabelecer os limites do quanto podemos intervir?

Como realizar uma prática comprometida?

Os textos que compuseram o *corpus* desta pesquisa discorrem sobre uma série de práticas e ações “comprometidas”. A seguir, apresentarei e discutirei as que foram mencionadas com mais frequência.

Escapando do modelo médico, de perspectivas psicologizantes e de técnicas tradicionais

Várias(os) autoras(es) destacaram a importância de pensar uma prática que não seja psicologizante, que não esteja embasada no modelo médico e, portanto, que não tenha como foco a doença (Bock, 1999, 2009; Patto, 2009; Rasesa & Issa, 2007; Yamamoto, 2009). Ana Bock (1999), por exemplo, afirma que “o psicólogo pode e deve, hoje, pensar sua intervenção de maneira mais ampla, no sentido da promoção da saúde da comunidade [...]. Claro que a doença é uma possibilidade nesta realidade, mas nunca pode ser o eixo para a Psicologia” (p. 327). A autora defende, ainda, que uma prática comprometida deve fugir de perspectivas psicologizantes e buscar entender o sujeito e a sociedade a partir de sua concretude e de sua historicidade. Já Maria Helena Souza Patto (2009, p. 34) afirma que “para ingressar no âmbito ético-político da Psicologia, é preciso rever concepções e práticas de avaliação e de psicoterapia meramente adaptativas que contribuem para a reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta.” Enquanto que Ignacio Martín-Baró (1996) sustenta que uma clínica transformadora da realidade deve promover um processo conscientizador, “que devolva a palavra às pessoas, não somente como indivíduos, mas como parte de um povo.” (p. 20). Assim, para o autor, a psicoterapia deve visar o “desaparecimento de uma identidade social cultivada sobre os protótipos de opressor e oprimido, e [...] configurar uma nova identidade das pessoas enquanto membros de uma comunidade humana, responsáveis por uma história” (p. 20).

Martha Narvaz e Silvia Koller (2007) exemplificam como seria uma “clínica comprometida” ao falarem do modelo de Terapia Feminista da Família. Segundo as autoras,

Ao invés de centrar sua atuação na redução da sintomatologia decorrente de processos de desajustamento individual, [...] as terapias feministas buscam auxiliar, no caso das mulheres, principais vítimas de diversas formas de discriminação e opressão, a identificação de suas capacidades e de suas competências a fim de esboçarem estratégias de resistência diante das violências sofridas. Orientando-as na busca dos recursos comunitários e legais disponíveis acerca de seus direitos, a terapia feminista da família envolve-se ativamente com o empoderamento dos grupos oprimidos, sobretudo das mulheres, cujas subjetividades ainda são marcadas por diversas formas de discriminação e violência. Articulam-se, assim, terapia e política na terapia feminista da família, uma prática comprometida com a crítica da sociedade patriarcal e com a mudança social na busca de relações mais justas e igualitárias. (pp. 124-125)

Para várias(os) autoras(es), fugir do modelo médico, negar uma clínica psicologizante e construir uma prática socialmente comprometida implica superar a tradição positivista que caracteriza a Psicologia tradicional, pautada no tecnicismo, na quantificação e em saberes (supostamente) neutros, a-históricos e dicotômicos (Bock et al., 2007; Guareschi, 2001; Narvaz, & Koller, 2007; Tomanik, 2001). Esses autores e autoras acreditam que nossa prática precisa de “muito mais do que a falsa neutralidade que o positivismo propõe. A suposta não postura política é uma opção política [...]. A neutralidade em tal contexto é uma postura que legitima e mantém o *status quo*. Neutralidade é omissão.” (Guzzo & Lacerda, 2007, p. 233).

Para algumas(uns) dessas(es) autoras(es), superar o modelo positivista de ciência implicaria, entre outras coisas, abdicar do uso de testes como instrumento de avaliação psicológica (Bock, 2009; González-Rey, 2009; Martín-Baró, 1996). Afinal, consideram que os testes não são ferramentas neutras, capazes de “fotografar” o interior das pessoas, e, com isso, desvendar a realidade e a verdade de cada uma(m). Além disso, esse tipo de avaliação tenderia a isolar o sujeito e sua subjetividade do mundo social e a isentar “as instituições sociais e modos de produção da sobrevivência de qualquer responsabilidade pelos sofrimentos psicológicos.” (Bock, 2009, p. 26). Tenderiam, também, a quantificar a psique (González-Rey, 2009) e a servir como mecanismos de submissão e controle social (Martín-Baró, 1996).

Já para Antonio Virgilio Bastos (2009), antes de contrapor técnicas e modelos de intervenção tradicionais – tal como o uso de testes psicológicos – às práticas comprometidas socialmente, devemos refletir sobre suas reais limitações e potencialidades. Assim, o autor pergunta-nos: “utilizar ferramentas clássicas de mensuração psicológica ou quaisquer outras práticas que estão na origem de construção da profissão significa (des)compromisso social? Tais práticas e suas respectivas áreas de conhecimento de-

vem ser abolidas, eliminadas, desconsideradas como fazeres legítimos do psicólogo?” (p. 24).

Se considerarmos a diversidade de sentidos evocada pela expressão “compromisso social”, torna-se difícil respondermos a essas questões. Talvez, a pergunta que deveríamos nos fazer não seja se testes e técnicas psicológicas tradicionais implicam, necessariamente, descompromisso social; mas “com o que, ou com quem, esses modelos de intervenção se comprometem?”, “Que efeitos produzem?”, “Que critérios utilizamos para avaliar sua (não)legitimidade e sua (não)adequação ética?” Afinal, como o próprio Bastos (2009) sugere, compromisso social é algo muito mais complexo do que um rótulo utilizado para adjetivar certas práticas psicológicas.

Para exemplificar essa complexidade, podemos pensar no caso de Helena Antipoff. No tópico 2, afirmei que essa autora é considerada uma das primeiras psicólogas a pensar e fazer uma Psicologia comprometida com questões sociais em nosso país. Mas é interessante notarmos que boa parte de seu trabalho envolvia a aplicação de testes psicométricos – Antipoff, inclusive, participou da padronização e adaptação de alguns desses instrumentos (Rafante & Lopes, 2010). E foram justamente os resultados obtidos a partir dos testes que lhe permitiram argumentar, perante a comunidade científica da época, que o meio sociocultural influencia o desenvolvimento da inteligência. Foram esses resultados que embasaram um modelo mais democrático de educação, que sustentava que todas as crianças – mesmo aquelas que viviam nas ruas ou que tinham deficiência intelectual – eram capazes de aprender.

Lutando contra a alienação/promovendo conscientização

Além de reconhecer as limitações de nossos instrumentos e métodos, segundo várias(os) autoras(es), para sermos psicólogas(os) comprometidas(os) temos, também, de lutar contra a alienação. Mariana Gonçalves e Francisco Portugal (2012), por exemplo, afirmam que “o trabalho do psicólogo comunitário seria o de promover o deslocamento de uma posição de comodidade e alienação para uma outra de atividade e conscientização.” (p. 149). Já Ignacio Martín-Baró (1996) sustenta que “ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o que fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade.” (p. 17). Ana Bock et al. (2007), por sua vez, argumentam que uma prática psicológica comprometida deve produzir conhecimento que leve “à compreensão dos mecanismos que provocam a alienação e contribuir para ampliar a consciência dos homens” (p. 49).

Sem dúvida, temos de reconhecer, denunciar e transformar relações e práticas “alienantes”. Todavia, é preciso destacar que o conceito de “alienação” carrega, em geral, um peso epistemológico muito grande, na medida em que usualmente evoca a ideia de engano, de ilusão. E, ainda que aceitemos carregar esse peso, não podemos nos esquecer de que muitas práticas podem estar a serviço da dominação sem, necessariamente, serem “alienantes”, ou seja, não é necessário que sejamos “alienados” para reproduzirmos a ordem social. Podemos, por exemplo, agir de forma cética e cínica em relação aos valores e crenças dominantes e, ainda assim, contribuirmos para manter a sociedade tal como ela está estruturada. Ao rejeitar o ensino formal, recheado de crenças e valores burgueses, uma(m) aluna(m) da classe operária tende, por exemplo, a ter menos chances de conseguir um emprego não manual. Nesse sentido, é justamente a falta de incorporação daquilo que é difundido pelo sistema educacional dominante que reduzirá suas oportunidades de trabalho às atividades reservadas à sua classe de origem. Conforme sustenta John B. Thompson (1990/2000), para que a ordem social seja mantida, não é preciso que acreditemos em ideias falsas e errôneas, basta que não consigamos formar um movimento efetivo de oposição, ou seja, a fragmentação das classes e grupos dominados pode ser um mecanismo de dominação tão potente quanto a “alienação”.

Além disso, dependendo do modo como a noção de alienação é utilizada, ela pode evocar a ideia de que psicólogas(os) são conscientes e o resto do mundo alienado. Que estão todos acorrentados dentro de uma caverna escura e que o saber científico, adquirido em um curso de graduação, têm o poder de livrar-lhes dos grilhões e mostrar-lhes a luz. Essa é uma postura que não apenas desconsidera saberes populares, mas que tende a ocultar a importância da reflexividade na ciência – afinal, se psicólogas(os) conhecem a luz, são conscientes e possuem a “verdade” das coisas, não se faz necessário refletir criticamente sobre seus saberes e práticas profissionais.

Trabalhando em equipes inter/multidisciplinares

O trabalho em equipes inter/multidisciplinares também foi mencionado por várias(os) autoras(es) (tais como Bock, 2009; Contini, 2009; Dadico & Souza, 2010; M. A. Gonçalves & Portugal, 2012). Maria de Lourdes Contini (2009), por exemplo, argumenta que o trabalho interdisciplinar possibilita a “troca por meio dos ‘diferentes olhares’ para o mesmo fenômeno e pode, dessa forma, construir uma compreensão da totalidade do fenômeno estudado e observado.” (p. 307). Já Benedito Medrado (2011) sustenta que não devemos nos limitar aos domínios disciplinares da Psicologia. Devemos, ao invés disso, apostar em uma hibridização dos campos de saber-poder. Em suas palavras, “precisamos, talvez, ir além até da ideia de interdisciplinas ou multidisciplinas e come-

çar a pensar em indisciplinas, cujo limite é dado na relação e não por decreto ou acordo prévio.” (p. 9).

Podemos pensar essas “indisciplinas” propostas por Medrado (2011) como características daquilo que algumas(uns) autoras(es) chamam de “transdisciplinaridade”. Ou seja, podemos pensá-las não como a simples ação de conectar áreas afins, ou buscar enriquecer uma disciplina com contribuições oriundas de outras disciplinas; mas como a supressão das fronteiras entre as diferentes ciências (Iñiguez-Rueda, 2003).

Mas como discutir compromisso social de uma profissão “indisciplinar” ou “transdisciplinar”? Será que romper fronteiras implica abdicar de um projeto ético-político para a Psicologia? Se nós, psicólogos e psicólogas, já temos uma imensa dificuldade em definirmos nosso compromisso, o que acontece quando incluímos outros atores nessa discussão?

Adotando um referencial teórico-metodológico específico

Em alguns textos, as(os) autoras(es) sustentam que determinados referenciais teórico-metodológicos favorecem uma prática comprometida. Maria de Lourdes Contini (2009), por exemplo, afirma que a Psicologia Sócio-Histórica oferece a “possibilidade de uma instrumentalização que pode potencializar as ações do profissional de Psicologia, na direção do compromisso social” (p. 303); enquanto que Maria da Graça Gonçalves (2009, p. 292) diz que essa abordagem propõe “que se busque as condições para a realização do indivíduo como sujeito histórico [...] reconhecendo-se seu vínculo com a coletividade e seu compromisso com a transformação social.”

Raquel Guzzo e Fernando Lacerda (2007), por sua vez, ressaltam a importância da Psicologia da Libertação para pensar e construir uma prática comprometida. Citando Ignacio Martin-Baró, afirmam que “a psicologia latinoamericana deve ter como imperativo ético a opção pela libertação de sua população e profundo comprometimento com sua realidade.” (p. 233).

Já Marilene Proença de Souza, Miguel Nenevé, Luciana Nogueira, Massumi Kamimura e Kátia Ackermann (2007) afirmam que a articulação com os campos da Linguística e Semiótica pode contribuir significativamente para a construção de uma prática comprometida. Afinal, ela nos permitiria compreender discursos preconceituosos e estereotipados, bem como pensar estratégias de intervenção voltadas à diminuição dos processos de exclusão social.

É importante ressaltar que nenhum dessas(es) autoras(es) afirmou que seu referencial teórico-metodológico é o único que permite pensar o compromisso social da

profissão. Elas(es) apenas sugeriram que a Psicologia Sócio-Histórica, a Psicologia da Libertação, a Linguística e a Semiótica possibilitam, favorecem ou dão subsídios para uma prática comprometida. No entanto, segundo Antonio Virgílio Bastos (2009), a associação da noção de compromisso social a uma teoria ou área de atuação específica é comum no campo psicológico.

Para exemplificar esse processo, Bastos (2009) faz referência ao caso da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Segundo o autor, muitas vezes, essa subárea da Psicologia é vista de forma simplificada, estereotipada, quase caricata. As(os) profissionais que nela atuam são acusadas(os) de trabalhar em prol dos interesses do capital, de adotar um viés tecnicista e de transformar a Psicologia em um instrumento de controle social. No entanto, para ele, nenhuma área do conhecimento é inerentemente “ruim”. Assim, todo “domínio da Psicologia pode construir um discurso que confronte o discurso hegemônico, afirmando o seu compromisso com as transformações sociais” (p. 25).

Para o autor, quando usamos a noção de compromisso social para diferenciar internamente as subáreas da Psicologia, corremos o risco de reduzi-la a um instrumento de disputa de poder dentro da profissão. Em suas palavras:

Compromisso social tem sido um rótulo demarcatório, e com base em critérios ou dimensões nem sempre pertinentes, pretende diferenciar internamente subgrupos ou segmentos ocupacionais. Corre-se o risco, então, de ser usado por segmentos sociais para diferenciar-se qualitativamente dos demais, reverberando nos processos de construção de identidade e de disputa de poder no interior da profissão. Neste sentido, tem contribuído mais para fortalecer estereótipos, criar fragmentação, introduzir conflitos, do que para se buscar critérios claros e consensuais que informem sobre os impactos sociais das práticas em psicologia. (Bastos, 2009, p. 37, 38).

Mas, aqui, poderíamos nos perguntar: será que a discussão sobre o compromisso social deve ter como meta a criação de critérios consensuais? Será que a existência de conflitos é, necessariamente, indesejável? Talvez, pudéssemos mudar a direção desse debate e, ao invés de rotularmos certas áreas e teorias como “não comprometidas” ou “acríticas”, passássemos a nos questionar sobre os efeitos que suas práticas produzem; sobre os impactos que gostaríamos que elas gerassem, sobre as implicações de escolhermos esse ou aquele referencial teórico-metodológico. Talvez, devêssemos nos perguntar sobre aquilo que está em jogo quando fazemos essas escolhas. Sobre onde e em quais situações podemos escolher. Essas questões têm a ver com o que Annemarie Mol (1999) chama de *ontologias políticas*. Ou seja, têm a ver com o modo em que “o real” está implicado no “político” e vice-versa. Têm a ver com o fato de que nossas práticas

não são neutras, mas produzem realidades. Têm a ver com a nossa responsabilidade (ética e política) de refletir criticamente sobre as realidades que estamos produzindo.

Considerações finais

Nas últimas décadas, psicólogos e psicólogas têm assumido um discurso em prol de ações profissionais interdisciplinares, inovadoras, progressistas e comprometidas com a resolução de problemas sociais. Nas palavras de Keyla Amorim (2010), têm enfatizado a relevância de

Ações realizadas em diversos campos de atuação profissional, numa resposta discursiva politicamente correta aos apelos das entidades representativas da categoria profissional, dos pesquisadores que mantêm a profissão em exame, da população que se torna alvo de políticas sociais na qual o psicólogo é partícipe; em suma, da sociedade que exige função distinta daquela que o psicólogo assumira nos anos primeiros do exercício da profissão no país (p. 37).

Neste texto, discuti algumas dessas ações. Afirmo que há uma grande diversidade de objetivos, justificativas, métodos e teorias que embasam práticas comprometidas. E que, algumas vezes, essa noção é utilizada de forma acrítica e a-histórica. Fiz muitas perguntas e dei poucas respostas. Afinal, não tinha a pretensão de oferecer uma definição única e final de compromisso social. Meu intuito foi bem mais modesto: convidar minhas(eus) interlocutoras(es) a pensar conjuntamente os usos que temos feito dessa noção. Foi chamar a atenção para a polissemia desse termo e convidar aquelas(es) que se engajam nesse debate a explicitar o que querem dizer com essa expressão.

Assumir que a Psicologia é uma área heterogênea e que não há consenso sobre seu projeto ético-político não implica, necessariamente, negar a possibilidade de construirmos ações coletivas, nos engajarmos em causas comuns ou compartilharmos ideais. Afinal, de acordo com Oswaldo Yamamoto (2012), um projeto ético-político para a profissão não suprime

As divergências, mas deve ser construído, se possível, *apesar* da existência dessas diferenças e das suas contradições internas. Como se trata de uma proposta coletiva, construída por um sujeito coletivo (com a heterogeneidade que lhe é própria...), o projeto ético-político visa a atingir toda a categoria profissional. E, sendo construído por uma *unidade de diversos*, o projeto é, igualmente, não uma unicidade, mas uma unidade (possível). Pensando dessa forma, é possível conceber diferentes projetos ético-políticos simultaneamente propostos que disputam a hegemonia da profissão. (p. 14, *itálicos do autor*).

Ao invés de tentarmos classificar uma dada ação (ou uma abordagem teórica) como comprometida ou não, deveríamos, portanto, tentar identificar a qual projeto ético-político ela se vincula. Assim, evitaríamos fazer generalizações abusivas, que simplificam demasiadamente nossa posição e a do outro.

Assumir que uma profissão pode ter, concomitantemente, vários projetos ético-políticos não significa dizer que devemos concordar com todos eles, nem que devemos buscar combiná-los para encontrar uma definição global de nosso compromisso social. Mas significa tratar a ética como uma multiplicidade de versões que ora convivem passivamente, ora entram em conflito. Significa, portanto, posicionar-se.

Referências

- Amorim, Keyla Mafalda O. (2010). *Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil*. Dissertação de Mestrado inédita. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ashley, Patrícia A. (Coord.) (2003). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.
- Austin, John (1962/1982). *Cómo hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós.
- Bastos, Antônio V. B. (2009). O mundo das organizações e do trabalho: o que significa compromisso social para a Psicologia? In Mauricio R. Souza, & Flávia C. S. Lemos (Orgs.), *Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade* (pp. 9-42). São Paulo: Escuta.
- Bertinelli, Luiz Antônio & Erdmann, Alacoque L. (1998). Cuidado solidário: um compromisso social da enfermagem em unidades de terapia intensiva. *Cogitare Enfermagem*, 3(2), 23-33. <https://doi.org/10.5380/ce.v3i2.44323>
- Bicalho, Pedro P. G.; Cassal, Luan C. B.; Magalhães, Kely C. & Geraldine, Janaína R. (2009). Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ*, 2(2), 20-35. Recuperado de <http://www.ufrj.br/seminariopsi/2009/boletim2009-2/bicalho.pdf>
- Bock, Ana M. B. (1999). Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>
- Bock, Ana M. B. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2a ed, pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Bock, Ana M. B.; Ferreira, Marcos R.; Gonçalves, Maria da Graça M., & Furtado, Odair (2007). Sílvia Lane e o Projeto do 'Compromisso Social da Psicologia'. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 46-56. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>

- Botomé, Silvio Paulo (1979/2010). A quem nós psicólogos servimos de fato? In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 169-202). Natal: EDUFRN..
- Buss, Paulo M. (1990). Compromisso social: uma nova ética na administração pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(2), 218-224. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1990000200009>
- Campos, Regina H. F. (1983/2010). A função social do psicólogo. In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 203-212). Natal: EDUFRN.
- Coimbra, Cecília M. B. (2001). Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148. Recuperado de http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_9.pdf
- Coimbra, Cecília M. B., Lobo, Lilia. F., & Nascimento, Maria Lívia (2008). Por uma invenção ética para os direitos humanos. *Psicologia Clínica*, 20(2), 89-102. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>
- Contini, Maria de Lourdes J. (2009) Psicologia e construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2a ed, pp. 295-311). São Paulo: Cortez.
- Cordeiro, Mariana Prioli. (2010). Psicologia Social ou Psicologia das Associações? A perspectiva latouriana de sociedade. *Psico*, 41(3), 303-309. Recuperado 12 de agosto de 2016, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8160>
- Cordeiro, Mariana Prioli. (2014). O trabalho de psicólogos(as) no terceiro setor. *Revista Espaço Ético*, 1(2), 17-37.
- Cordeiro, Mariana Prioli & Spink, Mary Jane Paris. (2012). A multiplicidade da Psicologia Social brasileira. *Athenea Digital*, 14(1), 289-300. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1101>
- Cordeiro, Mariana Prioli, Batista, Juliana Thomaz, & Carvalho, Sthefânia. (2018). Proteção social especial: apresentação da política e a efetivação do trabalho em um serviço de república Jovem. In Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman, & Laura Vilela e Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 190-209). São Paulo : Instituto de Psicologia.
- Cordeiro, Mariana Prioli, Batista, Juliana Thomaz, Carvalho, Sthefânia, & Carmo, Leandro (2016). Psicologia en la Asistencia Social: la construcción de una práctica comprometida. *Quaderns de Psicologia*, 18(1), 21-33. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1304>
- Dadico, Luciana & Souza, Marilene P. R. (2010). Atuação do psicólogo em Organizações não governamentais na área de Educação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 114-131. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000100009>
- Darwin, Carlos Roberto (2009). O futuro da Psicologia: compromisso ético e pluralismo teórico. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2a ed) (pp. 55-72). São Paulo: Cortez.

- Dimenstein, Magda (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da Saúde Coletiva. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 57-63. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722001000200008>
- Foucault, Michel (1975/2002). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Furtado, Odair (2000). Psicologia e compromisso social. Base epistemológica de uma Psicologia crítica. *Revista de Psicologia Social e Institucional*, 2(2), 217-229. Recuperado de <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/artigo%205.pdf>
- Furtado, Odair (2009). Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a Psicologia. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2 ed., pp. 193-240). São Paulo: Cortez.
- Gonçalves, Maria da Graça M. (2009). A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2a ed, pp. 277-294). São Paulo: Cortez.
- Gonçalves, Mariana A. & Portugal, Francisco T. (2012). Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(n. esp.). 138-153. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500010>
- González-Rey, Fernando (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes.
- González-Rey, Fernando (2009). A questão das técnicas e os métodos na psicologia: da mediação à construção do conhecimento psicológico. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2a ed., pp. 163-182). São Paulo: Cortez.
- Guareschi, Pedrinho (2001). Compromisso social da Psicologia. In Ângela M. P. Caniato, & Eduardo A. Tomanik (Orgs.), *Compromisso Social da Psicologia* (pp. 61-97). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Guzzo, Raquel S. L., & Lacerda, Fernando (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: x *Psicologia*, 41(2), 231-240. Recuperado 25 de junho de 2014, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n2/v41n2a14.pdf>
- Heredia, Arturo M. (2009). A saúde mental coletiva em caso de desastre. In: Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2. ed., pp. 111-129). São Paulo: Cortez.
- Hilbert, Klaus (2006). Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia*, 19(1), 89-101. <https://doi.org/10.24885/sab.v19i1.216>
- Ibáñez, Tomás (1994). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstrucionista. In Maritza Montero (Org.), *Conocimiento, realidad e ideología* (pp. 39-48). Caracas: Asociación Venezolana de Psicología Social – AVEPSO.
- Ibáñez, Tomás (1997). Why a critical social psychology? In Tomás Ibáñez, & Lupicínio Íñiguez (Eds.), *Critical Social Psychology* (pp. 27-41). London: Sage Publications.
- Ibáñez, Tomás (2004). O Giro Linguístico. In Lupicínio Íñiguez (Org.), *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais* (pp. 19-49). Petrópolis: Vozes.

- Íñiguez-Rueda, Lupicínio (2003). La Psicología Social como Crítica: continuismo, estabilidad y efervescencias tres décadas después de la “crisis”. *Revista Interamericana de Psicología*, 37(2), 221-238. Recuperado 20 de setembro de 2014, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28437204>
- Inojosa, Rose M. (1999). Redes de compromisso social. *Revista de Administração Pública*, 33(5), 115-141. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7628/6155>
- Lara Jr., Nadir & Ribeiro, Cynara T. (2009). Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da Psicanálise. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 91-99. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100011>
- Magaldi, Cecília (2011). Compromisso social da escola médica. *Interface: comunicação, saúde e educação*, 15(36), 327-331. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011000100028>
- Martín-Baró, Ignacio (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Medrado, Benedito (2011). Psicologia Social no desafio das ações. In Eduardo A. Tomanik, & Ângela M. P. Caniato (Orgs.), *Psicologia Social: desafios e ações* (pp. 5-11). Maringá: ABRAPSO.
- Mello, Sylvia L. de (1975/2010). Psicologia: características da profissão. In Oswaldo H. Yamamoto, & Ana Ludmila F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de Psicólogo no Brasil* (pp. 141-162). Natal: EDUFRN.
- Mol, Annemarie (1999). Ontological Politics: a word and some questions. In John Law, & John Hassard (Eds.). *Actor Network Theory and after* (pp. 74-89). Oxford: Blackwell Publishing.
- Montero, Maritza (2009). Ser, fazer e aparecer: crítica e libertação na América Latina. In Raquel S. L. Guzzo, Fernando Lacerda Jr. (Orgs), *Psicologia Social para a América Latina* (pp. 87-100). Campinas: Alínea.
- Narvaz, Martha G., & Koller, Silvia H. (2007). Feminismo e terapia: a terapia feminista da família: por uma Psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000200009>
- Paiva, Ilana L., & Yamamoto, Oswaldo H. (2008). Os Novos Quixotes da Psicologia e a Prática Social no “Terceiro Setor”. *Psicologia Política*, 8(16), 231-250. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200004
- Paiva, Ilana L., & Yamamoto, Oswaldo H. (2011). *Os novos quixotes da psicologia e a prática social no âmbito do “terceiro setor”*. Natal: EDUFRN.
- Patto, Maria Helena S. (2009). O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In Ana M. B. Bock (Org.). *Psicologia e o compromisso social* (2 ed., pp. 29-35). São Paulo: Cortez.
- Rafante, Heulalia C. & Lopes, Roseli E. (2010). Helena Antipoff no Departamento Nacional da Criança: a psicologia no centro de educação juvenil (1946-1956). *Psicologia da Educação*, 30(1), 25-42. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752010000100003

- Rasera, Emerson F. & Issa, Carmem L. G. (2007). A Atuação do Psicólogo em ONG/AIDS. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(3), 566-575. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300015>
- Rocha, Nádia M. D. (2009). Compromisso social em Psicologia: a contribuição dos pioneiros. In Mauricio R. Souza, & Flávia C. S. Lemos (Orgs.), *Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade* (pp. 175-190). São Paulo: Escuta.
- Souza, Marilene P. R.; Nenevé, Miguel; Nogueira, Luciana M.; Kamimura, Massumi & Ackermann, Kátia (2007). A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia da Educação. In Maria Auxiliadora T. Ribeiro, Jefferson S. Bernardes & Charles E. Lang (Orgs.), *A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em Psicologia* (pp. 87-118). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Spink, Mary Jane (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Spink, Mary Jane & Lima, Helena (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In Mary Jane Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.
- Spink, Mary Jane & Menegon, Vera (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In Mary Jane Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92). São Paulo: Cortez.
- Tavares-dos-Santos, José Vicente & Baumgarten, Máira (2005). Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise crítica e compromisso social. *Sociologias*, 7(14), 178-243. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222005000200009>
- Thompson, John B. (1990/2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa* (4ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Tomanik, Eduardo A. (2001). Da crítica à Psicologia Social à Psicologia Social crítica: compromissos, desafios e perspectivas. In Ângela M. P. Caniato, & Eduardo A. Tomanik (Orgs.), *Compromisso Social da Psicologia* (pp. 61-97). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Trindade, José D. L. (2002). *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Vicentin, Maria Cristina G. (2011). Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social*, 23(1), 97-113. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a05>
- Yamamoto, Oswaldo H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>
- Yamamoto, Oswaldo H. (2009). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In Ana M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2 ed. pp. 37-54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto, Oswaldo H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. esp.), 6-17.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)